



Condição Financeira Governamental e Fatores Contingências: Modelo *pseudo* aberto para atuação na gestão organizacional de governos locais

Aluno Doutorado/Ph.D. Student Jocykleber Meireles de Souza, Aluno Doutorado/Ph.D. Student Esdras dos Santos Carvalho, Aluno Doutorado/Ph.D. Student Josediton Alves Diniz, Aluno Doutorado/Ph.D. Student Aluska Ramos de Lira

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brazil

Aluno Doutorado/Ph.D. Student Jocykleber Meireles de Souza

Programa de Pós-Graduação/Course Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Aluno Doutorado/Ph.D. Student Esdras dos Santos Carvalho

Programa de Pós-Graduação/Course Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Aluno Doutorado/Ph.D. Student Josediton Alves Diniz

Programa de Pós-Graduação/Course Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Aluno Doutorado/Ph.D. Student Aluska Ramos de Lira

Programa de Pós-Graduação/Course Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Resumo/Abstract

O presente estudo se propõe a analisar a relação entre fatores contingenciais e a condição financeira de governos locais. Para tanto, foi desenvolvida uma proposta de modelo *pseudo* aberto da condição financeira governamental, contemplando aspectos financeiros e socioambientais, no que tange os fatores contingências. A condição financeira foi avaliada pelo modelo de Wang, Dennis e Tu (2007), com a adaptação de Arnett (2014). As variáveis dos fatores contingenciais foram divididas em duas dimensões, seguindo os critérios de Woods (2009), que são: (i) Fatores externos, representados pelo Ambiente; e (ii) Fatores internos, englobando Tecnologia, Estrutura, Porte e Estratégia. A pesquisa abrangeu os 223 municípios do estado da Paraíba, no período de 2017 a 2020, exceto o município de São Vicente do Seridó, que não pôde ser incluído na análise do ano de 2017, pois não havia dados disponíveis. Assim, uma amostra final contorna com 891 observações. Os resultados apontam que há uma associação significativa entre a condição financeira dos governos locais e as variáveis contingenciais, sendo que os municípios com maior complexidade estrutural e maior porte tendem a apresentar uma melhor condição financeira. Enquanto isso, municípios com maior nível tecnológico apresentam uma redução na condição financeira. Esses achados contribuem para o avanço do conhecimento sobre a gestão municipal no Brasil e fornecem subsídios para a tomada de decisões dos gestores públicos.

Modalidade/Type

Artigo Científico / Scientific Paper

Área Temática/Research Area

Contabilidade e Setor Público (CSP) / Accounting and Public Sector



Condição Financeira Governamental e Fatores Contingências: Modelo *pseudo* aberto para performance na gestão organizacional de governos locais

Resumo

O presente estudo se propõe a analisar a relação entre fatores contingenciais e a condição financeira de governos locais. Para tanto, foi desenvolvido uma proposta de modelo *pseudo* aberto da condição financeira governamental, contemplando aspectos financeiros e socioambientais, no que tange os fatores contingências. A condição financeira foi avaliada pelo modelo de Wang, Dennis e Tu (2007), com a adaptação de Arnett (2014). As variáveis dos fatores contingenciais foram divididas em duas dimensões, seguindo os critérios de Woods (2009), quais sejam: (i) Fatores externos, representados pelo Ambiente; e (ii) Fatores internos, englobando Tecnologia, Estrutura, Porte e Estratégia. A pesquisa abrangeu os 223 municípios do estado da Paraíba, no período de 2017 a 2020, exceto o município de São Vicente do Seridó, que não pôde ser incluído na análise do ano de 2017, pois não havia dados disponíveis. Assim, a amostra final contou com 891 observações. Os resultados apontam que há uma associação significativa entre a condição financeira dos governos locais e as variáveis contingenciais, sendo que os municípios com maior complexidade estrutural e maior porte tendem a apresentar uma melhor condição financeira. Enquanto, municípios com maior nível tecnológico apresentam uma redução na condição financeira. Esses achados contribuem para o avanço do conhecimento sobre a gestão municipal no Brasil e fornecem subsídios para a tomada de decisões dos gestores públicos.

Palavras chave: Fatores contingenciais, condição financeira governamental, governos locais.

1 Introdução

Em um cenário de constantes mudanças e incertezas, as organizações de todos os setores, inclusive do setor público, enfrentam o desafio de realizar suas atividades com eficiência e eficácia, buscando atingir metas que muitas vezes são complexas e ambíguas. Essa realidade exige das entidades uma capacidade de adaptação e inovação constante, bem como uma visão estratégica e sistêmica de seus processos e resultados (Hansen & Ferlie, 2016; Szymaniec-Mlicka, 2014).

No âmbito público, os municípios são responsáveis pela gestão e prestação de serviços públicos essenciais, ao exercer sua função alocativa, em meio as demais funções de política fiscal, distributiva e estabilizadora, exercidas pelo Estado na esfera federal (Musgrave, 1974). Esses serviços incluem desde a coleta e a limpeza do lixo e das vias públicas, até a garantia de educação, saúde e assistência social para os grupos mais idosos e vulneráveis da sociedade. Diante de novos e urgentes problemas sociais, essas organizações são frequentemente as responsáveis por criar e implementar soluções inovadoras que atendam às demandas dos cidadãos (Walker & Andrews, 2015). Além disso, os municípios representam a face mais visível do Estado para a maioria das pessoas, pois os "burocratas de nível de rua" que executam os serviços públicos locais interagem diretamente com os clientes e usuários desses serviços, influenciando a sua percepção sobre o que significa ser um cidadão (Vinzant & Crothers, 1998). Portanto, a gestão e o



desempenho dos governos locais são temas de grande relevância e interesse para os pesquisadores, os formuladores de políticas e os próprios cidadãos (Sharpe. 1970).

Nesse contexto, o processo de avaliar o desempenho das organizações no setor público faz parte de um conjunto de reformas administrativas que visam implementar uma nova gestão pública, baseada em princípios gerenciais e em medidas de desempenho que possam garantir uma maior eficiência na alocação e no uso dos recursos públicos (Gonzaga et al., 2016). Dentro desse cenário, um dos aspectos mais relevantes para a gestão pública é a análise da condição financeira governamental das organizações públicas, que consiste na capacidade dos governos locais financiarem seus serviços em base contínua (Nollenberger, Groves & Valente, 2003).

Essa condição diz respeito à capacidade de os governantes preservar o padrão de serviços públicos, evitar crises na economia local e regional e responder às necessidades do crescimento natural, em queda ou em transformação. Logo, a condição financeira governamental é a competência de um governo de continuar a honrar as suas obrigações financeiras e a prover os bens e os serviços públicos presentes e futuros à população, cuidando da gestão de arrecadação dos recursos, dos gastos e do endividamento (Lima & Diniz, 2016, Wang, Dennis & Tu, 2007).

Portanto, a análise da condição financeira governamental saudável deve ser um dos objetivos prioritários, se não o mais importante, a ser perseguido pelos governantes, tendo em vista que dela depende a capacidade de cumprir suas funções essenciais e atender às necessidades da sociedade, provendo o bem-estar da população. Entretanto, a condição financeira é um fenômeno complexo, que depende de vários fatores relacionados ao contexto político e à política fiscal. Por essa razão, as pesquisas acadêmicas nesse campo de estudo procuram adotar os princípios da teoria dos sistemas abertos, que afirma que os governos não são entidades isoladas, mas sim que interagem com o seu ambiente externo, sofrendo influências e também exercendo influências sobre ele. Essa interação afeta o ambiente interno da organização governamental, bem como a sua capacidade de gerir as finanças públicas de forma eficiente e sustentável (Lima & Diniz, 2016).

Assim, a condição financeira dos governos locais pode ser afetada, simultaneamente, por fatores externos e internos à organização. Entre eles, podem-se citar: as receitas e despesas públicas, as práticas de gestão e arrecadação fiscal, as políticas adotadas no âmbito local e regional, a legislação vigente, a demografia, as condições socioeconômicas e os desastres naturais (Krishnakumar, Martin & Soguel 2010).

Infere-se que para diagnosticar a saúde financeira da entidade pública será necessário a compreensão da condição financeira e os efeitos dos fatores contingenciais que influenciam a gestão. A teoria da contingência está associada aos fatores contingenciais no ambiente organizacional, pois busca otimizar a estrutura da entidade e adaptar os fatores ao contexto inserido (Otley, 1980). Inclusive, as formulações contingenciais que contemplam fatores internos (tecnologia, estrutura, porte, estratégia) e externos (ambientais) (Wadongo & Abdel-Kader, 2014).

Nesse sentido, a literatura acadêmica tem apresentado diversas pesquisas que exploram a relação entre os fatores contingenciais e o desempenho das organizações públicas. Algumas dessas pesquisas abordam temas como: a implementação de sistemas de gerenciamento de controle e sua relação com a eficácia organizacional (Felício, Samagaio & Rodrigues, 2021); a aplicação de estratégias e sua influência na eficiência dos serviços públicos (George & Van de Walle, 2019); a influência do tamanho,



planejamento, qualidade do pessoal, estabilidade do pessoal, burocracia e *networking* no desempenho das organizações públicas (Walker & Andrews, 2013); os impactos das reformas na gestão pública nos resultados financeiros das entidades públicas (Goeminne & George, 2019); e os fatores internos e externos que afetam o desempenho das organizações públicas (Sell, Beuren & Lavarda, 2020; Fiirst & Beuren, 2021).

No entanto, apesar da relevância dessas pesquisas, ainda há uma lacuna na literatura quanto ao desenvolvimento de trabalhos empíricos que testem a teoria da contingência associada a condição financeira governamental. Assim, surge a seguinte questão de pesquisa que orienta este estudo: **Qual a relação entre fatores contingenciais e a condição financeira de governos locais?** Diante disso, o objetivo geral desta pesquisa analisar a relação entre fatores contingenciais e a condição financeira de governos locais.

Sob essa perspectiva, a presente pesquisa justifica-se, primeiramente, ao ampliar o conhecimento sobre os fatores que afetam a gestão das organizações públicas, levando em conta as semelhanças e as diferenças entre esses fatores e os que são aplicados no setor privado, conforme a teoria contingencial (Woods, 2009; Fiirst & Beuren, 2021). Também se propõe a complementar os estudos de Sell, Beuren e Lavarda (2020) e Fiirst e Beuren (2021), que analisaram a relação entre os fatores contingenciais e o desempenho dos municípios, usando como indicadores a Receita Corrente Líquida *per capita* e o Índice Firjan de Desenvolvimento Humano, respectivamente. Além disso, este artigo explora novos aspectos que caracterizam os fatores contingenciais no setor público, bem como o desempenho de governos locais, sob a ótica da condição financeira governamental, propondo um modelo *pseudo* aberto que considera não apenas os aspectos financeiros, como a capacidade de arrecadação própria, o controle dos gastos e a qualidade dos serviços públicos, mas também os aspectos socioambientais, como o ambiente, o nível tecnológico, a estrutura organizacional e o porte dos municípios

Assim, a intenção deste estudo é ampliar a compreensão sobre os efeitos dos fatores contingenciais na gestão dos municípios brasileiros. Identificando os elementos que representam esses fatores no contexto do setor público e verificar empiricamente sua influência pode ajudar as equipes estratégicas dos órgãos públicos na formulação e implementação de políticas que visem aprimorar o desempenho socioeconômico local. Com isso, espera-se contribuir para uma gestão mais eficiente e eficaz na alocação dos recursos públicos e para o desenvolvimento sustentável dos municípios, cujo reflexo seja a promoção de *welfare state*.

2 Revisão da literatura e desenvolvimento de hipóteses

2.1 Condição financeira governamental e fatores contingenciais

A condição financeira governamental é um fenômeno complexo que depende de vários fatores relacionados ao ambiente político e fiscal em que os governos estão inseridos. Para estudar esse fenômeno, existe a Teoria da Condição Financeira (TCF), que propõe uma abordagem sistêmica e multidimensional da situação financeira dos entes federativos. Segundo essa teoria, a condição financeira de um governo deve ser analisada considerando suas características, componentes, problemas fiscais correlatos, técnicas de análise e fatores determinantes. Além disso, a teoria sugere que se estabeleçam dimensões de referência para avaliar o desempenho do governo, tais como: eficiência, equidade, condição financeira e accountability (Lima & Diniz, 2016).



Antes de realizar a análise da condição financeira de um governo, é preciso realizar algumas providências preliminares, como compreender os fatores internos e externos que afetam o ente federativo (Nollenberger, Groves & Valente, 2003). Esses fatores podem ser de natureza financeira, ambiental, organizacional ou genérica. Ao compreender esses fatores, o governo pode avaliar sua capacidade de cumprir suas obrigações financeiras e de prover bens e serviços públicos de qualidade à sociedade.

O quadro abaixo mostra alguns exemplos de fatores determinantes da condição financeira, classificados de acordo com os aspectos financeiros, ambientais, organizacionais e genéricos.

Quadro 1

Fatores determinantes genéricos e específicos da condição financeira

Fatores Genéricos	Fatores Financeiros	Fatores Ambientais	Fatores Organizacionais
<ul style="list-style-type: none"> - Preferências e necessidades da comunidade - Condições de produção de serviços - Capital, trabalho e outros recursos de mercado - Recursos da comunidade - Estrutura política e governamental - Políticas federais e estaduais - Políticas e práticas de finanças governamentais locais 	<ul style="list-style-type: none"> - Solvência de caixa - Solvência orçamentária - Solvência de longo prazo - Solvência do nível de serviços - Eficiência Financeira 	<ul style="list-style-type: none"> - Sociais - Econômicos - Demográficos 	<ul style="list-style-type: none"> - Práticas gerenciais - Políticas legislativas

Fonte: Adaptação de Berne & Schramm (1986); Lima & Diniz (2016)

Os fatores genéricos são aqueles que abrangem características comuns a diferentes contextos e/ou situações que envolvem a gestão pública. Eles buscam atender às necessidades da comunidade, às políticas de finanças públicas e às práticas ou procedimentos governamentais locais. Esses fatores são importantes para garantir a qualidade e a efetividade das ações públicas, bem como a transparência e a *accountability* dos gestores públicos (Woods, 2009; Lima & Diniz, 2016; Fiirst & Beuren, 2021).

Os fatores financeiros são aqueles que se relacionam com a capacidade governamental de cumprir com as suas obrigações, tanto no curto prazo quanto no longo prazo. Eles envolvem aspectos como o equilíbrio fiscal, a sustentabilidade da dívida pública, a alocação eficiente dos recursos públicos, a arrecadação tributária, o controle dos gastos públicos, entre outros. Esses fatores são essenciais para proporcionar o bem-estar social, através de uma melhor qualidade na prestação do serviço público. Contudo, eles dependem de indicadores que podem ser influenciados por fatores internos e/ou externos que podem refletir positiva ou negativamente a situação financeira da entidade pública (Lima & Diniz, 2016; Fiirst & Beuren, 2021).

Os fatores ambientais são aqueles que se referem aos aspectos externos à entidade pública que podem influenciar a sua gestão financeira. Eles incluem aspectos como o cenário econômico, político, social, demográfico, tecnológico, legal, entre outros. Esses fatores podem afetar a capacidade de geração de receitas públicas, o controle de despesas



públicas, o monitoramento governamental e, sobretudo, o cumprimento dos compromissos assumidos pela entidade pública (Lima & Diniz, 2016).

Os fatores organizacionais são aqueles que se relacionam aos aspectos internos à entidade pública que podem influenciar o seu funcionamento, o seu desempenho e a sua cultura organizacional. Eles envolvem aspectos como a estrutura organizacional, os processos internos, os sistemas de informação, os recursos humanos, a liderança, a motivação, o clima organizacional, entre outros. Esses fatores podem afetar a eficiência, a economicidade e a eficácia da prestação do serviço público à sociedade, bem como a satisfação dos servidores públicos e dos cidadãos (Chenhall, 2003; Donaldson, 2001).

Além disso, existem alguns fatores que podem afetar a capacidade financeira dos governos, tanto de forma geral quanto de forma específica, e que podem interferir na forma como eles desenvolvem as competências ou habilidades necessárias para cumprir com suas obrigações no curto e/ou longo prazo. Esses fatores também estão relacionados com a busca pelo equilíbrio entre as receitas e as despesas públicas e com a qualidade dos serviços que são oferecidos à população (Araújo et al. 2023). Dessa forma, além desses elementos, é importante considerar que a análise da situação financeira dos governos pode ser complementada por outros fatores que são contingentes à realidade interna e/ou externa de cada um.

O quadro abaixo mostra algumas dimensões que englobam esses fatores contingenciais, que incluem aspectos internos (como a tecnologia, a estrutura, o tamanho e a estratégia do governo) e aspectos externos (como o ambiente).

Quadro 2

Fatores contingenciais Internos e Externos

Fatores Internos				Fatores Externos
Tecnologia	Estrutura	Porte	Estratégia	Ambientais
- Índice de Realização das Receitas - Índice de Execução Orçamentária Corrente - Índice de Governança em Tecnologia da Informação	- Despesa com Pessoal - Despesa com Investimento - Estrutura operacional	- População - Receita Municipal	-Escolaridade do Prefeito - Idade do Prefeito	- Produto Interno Bruto (PIB) - Grau de Dependência - Observatório social - Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM)

Fonte: Lima & Diniz, (2016)

Para compreender melhor a situação financeira de um governo, é importante considerar os fatores que podem influenciar essa condição, tanto interna quanto externamente. Os fatores contingenciais internos são aqueles que dizem respeito às características próprias do governo, como a tecnologia que utiliza, a estrutura organizacional que adota, o porte que possui e a estratégia que segue. Esses fatores podem gerar informações úteis para avaliar o desempenho do governo em relação a aspectos como a eficiência na alocação e utilização dos recursos, a equidade na distribuição dos benefícios e custos, e a *accountability* na prestação de contas e na transparência das ações.

Já os fatores contingenciais externos são aqueles que se referem ao ambiente em que o governo está inserido, como os fatores sociais, econômicos e demográficos que



afetam as demandas e as expectativas da sociedade. Esses fatores podem contribuir com informações relevantes para verificar se o governo dispõe de recursos suficientes para atender às necessidades da população e se enfrenta problemas financeiros decorrentes de fatores alheios ao seu controle, como crises econômicas ou desastres naturais (Nollenberger, Groves & Valente, 2003; Lima & Diniz, 2016).

Portanto, a associação entre os fatores determinantes genéricos e/ou específicos da condição financeira, que são aqueles que afetam diretamente as receitas e as despesas do governo, e os fatores contingenciais internos e/ou externos, que são aqueles que afetam indiretamente a situação financeira do governo, pode auxiliar os gestores públicos na análise da condição financeira governamental e, sobretudo, obter uma visão sistêmica governamental, que leva em conta as múltiplas dimensões e interações envolvidas na gestão pública.

2.2 Hipóteses de pesquisa

A abordagem da contingência se baseia na ideia de que não há um único sistema adequado para todas as organizações em todos os contextos (Otley, 1980). Por isso, a teoria da contingência propõe diferentes fatores internos e externos às organizações afetam a estrutura e o seu desempenho (Donaldson, 2001). Destacam-se entre os fatores contingenciais externos o ambiente, enquanto a estrutura, estratégia, tecnologia, porte são considerados fatores internos aos governos locais (Woods, 2009; Fiirst & Beuren, 2021).

2.2.1 Fatores contingenciais ambientais

Os fatores contingenciais ambientais podem ser interpretados como implicação de que os sistemas de gestão são diretamente influenciados pelo o contexto externo (Chenhall, 2003). Esses fatores ambientais podem afetar a condição financeira governamental dos municípios de diferentes formas, conforme destacado por Fiirst e Beuren (2021), destacam-se o nível de desenvolvimento econômico de um município, medido pelo seu Produto Interno Bruto (PIB), pode afetar a sua capacidade de arrecadar impostos e investir em políticas públicas.

Fiirst e Beuren (2021) investigaram a influência de fatores contingenciais no desempenho socioeconômico de 399 municípios paranaenses, totalizando 1.995 observações relativas ao período de 2013 a 2017, e constataram que os fatores contingenciais ambientais afetam positivamente os resultados socioeconômicos. Corroborando com o resultado apresentado por Sell, Beuren e Lavarda (2020) ao analisarem os 295 municípios que compõem o estado de Santa Catarina sob a ótica do desempenho municipal. Sendo assim, apresenta-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H1: Os fatores contingenciais ambientais influenciam na condição financeira de governos locais.

2.2.2 Fatores contingenciais estruturais

A estrutura da entidade é um fator contingencial que determina a sua forma de organização (Donaldson, 2001). A estrutura é definida conjunto de relações formais entre os membros ou grupos de uma organização, que determinam as suas funções e responsabilidades, garantindo que as atividades da organização sejam realizadas (Chenhall, 2007). Essa estrutura afeta o desempenho da organização, a satisfação dos indivíduos, a comunicação interna e a capacidade de adaptação a mudanças externas



(Chenhall, 2003). Para mensurar a estrutura dos governos locais, Avellaneda e Gomes (2015) e Sell, Beuren e Lavarda (2020) utilizaram o índice de despesas com pessoal, indicando quanto da receita corrente líquida municipal é gasto com pessoal. De forma complementar Fiirst e Beuren (2021), utilizaram o índice de despesas com investimento, evidenciando o nível de investimentos municipais em relação à receita corrente líquida.

Nesse contexto, Sell, Beuren e Lavarda (2020) encontraram uma relação positiva entre a estrutura, considerando as despesas com pessoal, e o desempenho municipal. Por outro lado, em pesquisa realizada por Fiirst e Beuren (2021), a variável estrutura não foi significativa para explicar o desempenho socioeconômico de governos locais. Com base nas características das variáveis que representam o fator contingencial estrutura, formula-se a segunda hipótese:

H2: Os fatores contingenciais estruturais influenciam na condição financeira de governos locais.

2.2.3 Fatores contingenciais tecnológicos

A tecnologia é um dos fatores que influenciam a estrutura governamental, afetando diretamente a execução de tarefas necessárias para resolver problemas produtivos importantes (Donaldson 2001). A lógica subjacente à relação entre recursos tecnológicos e estrutura organizacional é que a combinação adequada aumenta a capacidade de realizar processos de transformação compatíveis com sua natureza (Victor, 2020). Perrow (1967) também destacou o papel central da tecnologia no processo de transformação, afirmando que o tipo de tecnologia utilizada pela organização determina a estrutura mais eficiente para o desempenho bem-sucedido.

Uma definição ampla de tecnologia inclui *softwares* e *hardwares*, mas não deve se limitar ao computador em si, mas também ao conhecimento que sustenta a atividade computacional. Essa concepção de tecnologia permite maior flexibilidade no reconhecimento das diversas formas em que a tecnologia é relevante. Assim, o fator tecnológico ocorre dentro das tecnologias de informação, mas também acontece dentro das mentes dos indivíduos ou mesmo como a combinação de atividades cognitivas e comportamentais realizadas por uma equipe (Power & Waddell, 2004). Esses mecanismos alternativos de computação baseados em habilidades cognitivas fornecidas por membros individuais da organização lidam com arranjos sociotécnicos mais complexos que combinam competências humanas e de máquina em um aparato tecnológico mais abrangente. Essa dimensão das operações baseadas em funções cognitivas realizadas por equipes pode influenciar profundamente a escolha do melhor desenho organizacional (Victor, 2020).

Nesse sentido, espera-se que os municípios que investem em tecnologia tenham uma melhor condição financeira do que aqueles que não o fazem. No entanto, alguns estudos empíricos sugerem que a relação entre tecnologia e desempenho municipal não é tão simples e direta. Por exemplo, Fiirst e Beuren (2021) encontraram uma influência negativa da tecnologia sobre os resultados socioeconômicos. Uma possível explicação para essa influência negativa é que os governos locais podem investir em tecnologias que não são compatíveis com as suas necessidades, capacidades e objetivos, gerando desperdícios, ineficiências e desalinhamentos. Além disso, a adoção de tecnologias pode exigir mudanças organizacionais, culturais e comportamentais que nem sempre são bem aceitas ou implementadas pelos gestores e servidores públicos. Nesse sentido, a



tecnologia pode se tornar um fator de resistência, conflito e insatisfação, comprometendo a condição financeira dos governos locais. Portanto, levanta-se a seguinte hipótese:

H3: Os fatores contingenciais tecnológicos influenciam na condição financeira de governos locais.

2.2.4 Fatores contingenciais de porte

Diversos estudos (Avellaneda & Gomes, 2017; Fiirst & Beuren, 2021; Sell, Beuren & Lavarda, 2020; Wang, Dennis & Tu, 2007) têm examinado a importância do porte como um fator contingencial determinante na análise da situação financeira dos governos locais. O fator tamanho pode ser representado por diferentes medidas numa organização, dependendo do contexto e das dimensões em estudo (Chenhall, 2003). Uma medida frequentemente utilizada para mensurar o porte municipal é a receita municipal, podendo refletir desigualdades de tamanho no setor público (Fiirst & Beuren, 2021; Sell, Beuren & Lavarda, 2020). Outra medida é o porte populacional, que pode impactar o desempenho. De acordo com Kloha, Weissert e Kleine (2005) acredita-se que a população influencia positivamente na condição financeira de governos locais. No entanto, maiores populações também podem demandar mais gastos públicos em diversas áreas, o que pode comprometer a situação financeira se as receitas não forem suficientes. Além disso, indivíduos com maior renda pessoal podem requerer mais serviços públicos de qualidade, como educação, bibliotecas, parques e recreação, transporte, etc., que podem aumentar os custos do governo e afetar sua condição financeira.

No contexto internacional, Wang, Dennis & Tu (2007), investigaram os determinantes da condição financeira de 87 cidades dos Estados Unidos entre 1997 e 2002, e verificaram que o tamanho da cidade (medido pela população) tem um efeito positivo na condição financeira. Já no cenário brasileiro, Sell, Beuren e Lavarda (2020), analisaram a influência de fatores contingenciais no desempenho socioeconômico de 293 municípios do Paraná entre 2013 e 2017, e encontraram uma relação positiva e significativa entre o porte organizacional (medido pela densidade populacional) e o desempenho municipal (medido pela RCLPC). Portanto, de acordo com os argumentos acima expostos, apresenta-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H4: Os fatores contingenciais de porte influenciam na condição financeira de governos locais.

2.2.5 Fatores contingenciais estratégicos

Em vez de ser uma variável contingencial como as demais, a estratégia possui um papel diferente. Ela não é um elemento do contexto, mas sim uma forma de os gestores mudarem o ambiente, as tecnologias, a estrutura e o porte do governo local (Chenhall, 2003). Nesse sentido, a estratégia é um fator contingencial interno que reflete as escolhas dos gestores públicos sobre como conduzir as políticas públicas e como alocar os recursos disponíveis.

De acordo com Fiirst e Beuren (2021) e Sell, Beuren e Lavarda (2020) a estratégia está relacionada ao planejamento orçamentário, à estrutura de pessoal e de investimentos e à capacidade do órgão público em manter suas despesas correntes. Esses aspectos podem influenciar o desempenho municipal, medido pela receita corrente líquida per



capita, que representa a receita que efetivamente pertence ao município. Levantando-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H5: Os fatores contingenciais estratégicos influenciam na condição financeira de governos locais.

3 Aspectos Metodológicos

3.1 População, Amostra, período de estudo e coleta de dados

Este estudo teve como população-alvo todos os 223 municípios do estado da Paraíba, abrangendo o período de quatro anos, de 2017 a 2020. O ano de 2020 foi adotado por ser o último ano calendário com informações completas acerca do Índice de Governança em Tecnologia da Informação. No entanto, um dos municípios, São Vicente do Seridó, não pôde ser incluído na análise do ano de 2017, pois não havia dados disponíveis sobre ele. Dessa forma, a amostra final do estudo ficou composta por 891 observações, formando um painel desbalanceado. De acordo com Fiirst e Beuren (2021) considera-se que os fatores contingenciais que influenciam a gestão pública são semelhantes em todos os municípios do Brasil, o que confere validade à amostra para a realização do estudo empírico.

As informações contábeis e financeiras necessárias para avaliar as medidas da condição financeira dos governos locais foram obtidas por meio de consulta eletrônica aos sites da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), onde se encontram os dados do Finanças do Brasil (FINBRA), e ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). Além disso, os fatores contingenciais foram coletados nos portais eletrônicos do SICONFI, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Tribunal Superior Eleitoral.

3.2 Modelo Econométrico e Técnica de Análise dos Dados

No estudo em questão, buscou-se avaliar a relação entre os fatores contingências e a condição financeira de governos locais. Para isso, utilizou-se um modelo empírico, que permite analisar as relações entre as variáveis explicativas. Nesse sentido, empregou-se uma regressão linear múltipla com dados em painel. Antes de estimar os coeficientes da regressão, testou-se as hipóteses de homogeneidade, endogeneidade e heterocedasticidade dos dados, usando os testes de Chow, Hausman e Breusch Pagan, respectivamente. Com base nos resultados desses testes, escolhe-se o modelo de regressão mais apropriado para as nossas variáveis, entre as opções de *pooled*, efeitos aleatórios ou fixos. De maneira geral, o modelo proposto neste estudo foi apresentado na equação a seguir, que possibilita a compreensão dos resultados obtidos na pesquisa.

$$ICF_i = \alpha + \beta_1 PIB_{it} + \beta_2 IGOVT_{it} + \beta_3 DP_{it} + \beta_4 PDI_{it} + \beta_5 POP_{it} + \beta_6 PE_{it} + \beta_7 EP_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

O conceito de condição financeira governamental pode ser entendido a partir da análise de diferentes fatores contingenciais que afetam o desempenho econômico-financeiro das organizações. Seguindo a abordagem proposta por (Woods, 2009; Fiirst & Beuren, 2021), esses fatores podem ser agrupados em duas dimensões principais: (i) Fatores externos, que se referem ao Ambiente em que a organização está inserida; e (ii) Fatores internos, que dizem respeito às características próprias da organização, como a tecnologia empregada, a estrutura organizacional, o porte e a estratégia adotada. O



Quadro 3 apresenta uma síntese dessas dimensões e seus respectivos fatores contingenciais que influenciam a condição financeira dos governos locais.

Quadro 3

Resumo das variáveis

Variável	Nome das variáveis	Mensuração	Fonte	Base teórica
Variável dependente				
ICF	Índice de Condição Financeira	Modelo fechado de Wang et al. (2007) adaptada por Arnett (2014)	SINCONFI	Arnett (2014) e Wang et al. (2007)
Variáveis independentes externas (Ambientais)				
PIB	Produto Interno Bruto	Representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos em determinados municípios/per capita	IBGE	Fiirst e Beuren (2021)
Variáveis independentes internas (Tecnologia)				
IGOVTI	Índice de Governança em Tecnologia da Informação	Apresenta a relação com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam uma métrica que mensure o conhecimento e o uso dos recursos de Tecnologia da Informação em favor da sociedade.	IEGM	Autores da pesquisa
Variáveis independentes internas (Estrutura)				
DP	Despesa com Pessoal	Indicador de despesa com pessoal	SINCONFI	Sell, Beuren e Lavarda (2020)
DI	Despesa com Investimento	Indicador de despesa com investimento	SINCONFI	Fiirst e Beuren (2021)
Variáveis independentes internas (Porte)				
POP	População	Porte medido pelo logaritmo natural da população total	SINCONFI	Sell, Beuren e Lavarda (2020)
Variáveis independentes internas (Estratégia)				
IP	Idade do Prefeito	Capacidade do Prefeito referente a Idade	TSE	Avellaneda e Gomes (2015) e Sell, Beuren e Lavarda (2020)
EP	Escolaridade do Prefeito	Capacidade do Prefeito referente ao nível de Escolaridade	TSE	Avellaneda e Gomes (2015) e Sell, Beuren e Lavarda (2020)

Fonte: Elaboração dos autores

O modelo de Wang, Dennis e Tu (2007) foi escolhido para a métrica objetiva da condição financeira, pois segundo Araújo et al. (2023) é um método pouco explorado nas pesquisas brasileiras e porque consegue capturar dimensões de curto, médio e longo prazo da gestão financeira, revelando possíveis diferenças no comportamento do gestor em relação ao horizonte temporal. O índice é composto por 11 indicadores, distribuídos em 4 dimensões, conforme mostrado no Quadro 4.

Quadro 4

Métrica de condição financeira pelo modelo de Wang, Dennis e Tu (2007)

Dimensão	Indicador	Definição
Solvência de caixa	Posição de caixa	(Caixa + equivalente de caixa + investimentos de curto prazo) / obrigações de curto prazo



	Liquidez imediata	(Caixa + equivalente de caixa + investimentos de curto prazo + recebíveis) / obrigações de curto prazo
	Liquidez corrente	Ativos de curto prazo / obrigações de curto prazo
Solvência orçamentária	Posição operacional	Receita total / despesa total
	Superávit/déficit per capita	Total superávit (déficit) / população
Solvência de longo prazo	Índice de ativos líquidos	Ativos líquidos restritos e não restritos/ativos totais
	Indicador de obrigações de longo prazo	Obrigações de longo prazo/ativos totais
	Obrigações de longo prazo per capita	Obrigações de longo prazo/população
Solvência do nível de serviços	Tributos per capita	Total da receita tributária + transferências correntes / população
	Receita per capita	Receita per capita
	Gastos per capita	Total dos gastos/população

Fonte: Wang, Dennis e Tu (2007) e Araújo et al. (2023)

Após a mensuração do modelo de Wang, Dennis e Tu (2007), utilizou-se da modificação posposta por Arnett (2014) e aplicado no contexto brasileiro por Araújo et al. (2023). O modelo de Arnett (2014) adaptado a partir da métrica de Wang, Dennis e Tu (2007) de condição financeira municipal buscando fornecer uma estrutura abrangente para analisar a condição. O modelo proposto por Arnett (2014) combina elementos-chave do modelo original de Wang, Dennis e Tu (2007), incorporando ajustes e ampliações relevantes para compreender a dinâmica financeira. Desse modo, a autora mensura a condição financeira com base em pesos e não mais em média simples, argumentando que o uso de pesos reduziria os efeitos dos diferentes prazos dos indicadores e a imprecisão da *proxy* da solvência de serviço. Atribuindo os seguintes pesos: 0.35 para a solvência de caixa; 0.35 para solvência orçamentária; 0.2 para solvência de longo prazo; e, 0.1 para solvência de serviço. Chegando por meio destas dimensões ao índice geral de condição financeira.

4. Análise dos Resultados

Nesta seção, o objetivo foi analisar os dados empíricos do estudo. Para isso, foi utilizados três métodos estatísticos: a análise descritiva, a matriz de correlação e a regressão linear múltipla com dados em painel. A análise descritiva visa resumir as principais características das variáveis envolvidas na pesquisa, como média, desvio padrão, mínimo e máximo. A matriz de correlação permite verificar a existência e a intensidade de associações lineares entre as variáveis. Por fim, a regressão de dados em painel é o método escolhido para testar o modelo proposto, que busca estimar os efeitos das variáveis independentes sobre a variável dependente, controlando por fatores específicos de cada indivíduo e de cada período.

4.1 Estatística Descritiva

A Tabela 1 mostra a estatística descritiva das variáveis utilizadas no modelo proposto neste estudo, que incluem o Índice de Condição Financeira, o Produto Interno Bruto, o índice de governança em tecnologia da informação, o indicador de despesa com pessoal, indicador de despesa com investimento, o logaritmo natural da população, a escolaridade do prefeito e a idade do prefeito. Os resultados da tabela permitem observar a variação, a média, o desvio padrão e os valores mínimos e máximos de cada variável, bem como o número de observações disponíveis para cada uma delas.



Tabela 1
Estatística descritiva das variáveis

Variáveis do modelo					
Variáveis	Número de observações	Média	Desvio Padrão	Mínima	Máxima
ICF	891	0.5947638	0.2798494	-0.7263038	1.451288
PIB	891	10809.82	6633.695	6382.42	111427.1
IGOVTI	891	43.08754	13.63221	0	87
DP	891	0.6229948	0.0980194	0.3038427	1.52785
DI	891	0.0651825	0.0703236	0.0022753	0.877752
POP	891	9.067371	0.9273547	7.47817	13.60357
EP	891	6.720539	1.543.895	2	8
IP	891	48.8642	115.4379	22	83

Fonte: Elaboração dos autores (2023)

Os resultados da análise descritiva mostram que a variável dependente Índice de Condição Financeira (ICF), que mede a capacidade dos municípios de gerir seus recursos financeiros, teve uma média positiva, indicando uma situação financeira favorável. No entanto, alguns municípios apresentaram índices negativos, o que significa que eles podem ter dificuldades para enfrentar crises financeiras, manter a qualidade dos serviços prestados à população e cumprir com suas obrigações financeiras no futuro (Lima & Diniz, 2016).

Quanto às variáveis independentes, chama a atenção que o índice de governança em tecnologia da informação, que avalia o grau de adequação tecnológica dos municípios, teve uma média de apenas 43%, revelando um baixo nível de uso da tecnologia da informação na gestão pública. Outro aspecto relevante foi o indicador de despesa com pessoal (DP), que teve uma média de 62%, demonstrando que os municípios analisados estão gastando mais do que o limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 60% da receita corrente líquida. Além disso, a variável escolaridade do prefeito (EP) mostrou que há prefeitos com diferentes níveis de escolaridade, desde os que apenas sabem ler e escrever (mínima) até os que possuem ensino superior completo (máxima). Da mesma forma, a variável idade do prefeito (ID) apresentou uma grande variação, com uma idade média de 48 anos, uma idade mínima de 22 anos e uma idade máxima de 83 anos.

A seguir, a tabela abaixo mostra os resultados obtidos, indicando a direção (positiva ou negativa) e a intensidade (fraca, moderada ou forte) das correlações entre as variáveis estudadas, com base na matriz de correlação calculada.

Tabela 2
Matriz de correlação

	ICF	PIB	IGOVTI	DP	DI	POP	EP	IP
ICF	1.0000							
PIB	-0.0017	1.0000						
IGOVTI	-0.0141	0.2161*	1.0000					
DP	-0.0330	0.0205	0.0462	1.0000				
DI	-0.0103	-0.0524	0.0274	-0.0974	1.0000			
POP	0.1240*	0.3006*	0.3062*	0.3106*	-0.2056*	1.0000		
EP	0.0065	0.1364*	0.0502	0.0198	-0.0993*	0.1733*	1.0000	



IP	0.0165	0.0814*	0.0861*	0.0854*	0.0339	0.0432	-0.0762	1.0000
----	--------	---------	---------	---------	--------	--------	---------	--------

Nota: *, **, *** representam a significância estatística a 1%, 5% e 10%, respectivamente

Fonte: Elaboração dos autores (2023)

Observa-se que nenhum dos coeficientes de correlação entre a variável dependente e as explicativas foi superior a 50%, o que sugere que não há um problema de multicolinearidade no modelo. A multicolinearidade ocorre quando há uma alta correlação entre as variáveis explicativas, o que pode comprometer a estimação dos parâmetros do modelo e a interpretação dos resultados. Entre as variáveis explicativas, a única que apresentou uma relação positiva e significativa com a variável dependente foi a variável interna porte (população), que mede o tamanho do município em termos de habitantes. Isso significa que, quanto maior o porte do município, maior é o seu desempenho na variável dependente. Além disso, a variável porte também apresentou uma relação positiva e significativa com outras quatro variáveis explicativas: condição financeira, produto interno bruto per capita, índice de governança em tecnologia da informação, despesas com pessoal e investimento. Isso indica que os municípios maiores tendem a ter uma melhor situação financeira, um maior nível de renda, uma maior capacidade de gestão da tecnologia da informação, e maiores gastos com pessoal e investimento.

Por outro lado, a variável condição financeira, que mede a capacidade do município de arrecadar recursos próprios e gerir suas despesas, não apresentou uma relação positiva e significativa com a maioria das variáveis explicativas do modelo. Isso pode indicar que a condição financeira não é um fator determinante para o desempenho da variável dependente, ou que há outros fatores que interferem nessa relação.

4.2 Análise Regressiva

Como já foi mencionado anteriormente, neste estudo utilizou-se a técnica de regressão linear múltipla com dados em painel para verificar como os fatores contingenciais afetam a condição financeira de governos locais. Para determinar qual tipo de painel seria mais adequado para analisar os dados coletados, realizaram-se os testes de Chow, Hausman e Breusch Pagan. Os resultados obtidos na regressão indicaram que: i) o Teste de Chow apresentou um valor de $\text{Prob}>F = 0.0992$, o que significa que não há diferença significativa entre os coeficientes estimados pelo modelo pooled e pelo modelo de efeitos fixos; ii) o Teste de Hausman mostrou um valor de $\text{Prob}>\text{Chi}^2 = 0.0433$, o que implica que o modelo de efeitos aleatórios é inconsistente e, portanto, deve-se preferir o modelo de efeitos fixos; e iii) o Teste de Breusch Pagan revelou um valor de $\text{Prob}>\text{Chi}^2 = 0.2228$, o que sugere que não há heterocedasticidade entre os grupos e, assim, o modelo pooled é mais apropriado do que o modelo de efeitos aleatórios ou fixos.

Cabe ressaltar que o objetivo deste estudo não é identificar quais variáveis podem influenciar a condição financeira de governos locais brasileiros, mas sim analisar como fatores contingenciais se relacionam com ela. Para isso, foram utilizadas variáveis que explicam apenas 2,7% (R^2) da variação da condição financeira de governos locais.

Tabela 3

Regressão de dados em painel

Variáveis	Variáveis do modelo			
	Coefficiente	Erro-Padrão	t	P-valor
PIB	-1.79e-06	1.50e-06	-1.20	0.232



IGOVTI	-0.0012305	0.0007282	-1.69	0.091***
DP	-0.2497221	0.1005759	-2.48	0.013*
DI	0.0677604	0.1360681	0.50	0.619
POP	0.0563698	0.0117989	4.78	0.000*
EP	-0.0021509	0.0061746	-0.35	0.728
IP	0.000557	0.0008161	0.68	0.495
CONS	0.2944012	0.1115788	2.64	0.008*
R-Quadrado	0.0271			
Teste Chow	0.0992			
Teste de Hausman	0.0433			
Teste de Breush Pagan	0.2228			

Nota: *, **, *** representam a significância estatística a 1%, 5% e 10%, respectivamente

Fonte: Elaboração dos autores

Conforme a Tabela 3, o coeficiente da variável IGOVTI, que representa o índice de governança em tecnologia da informação, apresentou um p-valor de 0.091 e um nível de significância estatística inferior a 0.05, indicando uma relação negativa e significativa com a condição financeira de governos locais. Isso significa que, quanto maior o IGOVTI, menor é a condição financeira de governos locais, e vice-versa. Assim, não se pode rejeitar a hipótese H2, que afirma que os fatores contingenciais tecnológicos influenciam na condição financeira de governos locais. Esse resultado contraria parte da literatura que defende que a tecnologia é um fator que contribui para a melhoria do desempenho organizacional, especialmente no setor público. Por exemplo, Victor (2020) argumenta que a adequação entre os recursos tecnológicos e a estrutura organizacional aumenta a capacidade da organização de realizar processos de transformação compatíveis com sua natureza e seus objetivos. Além disso, Perrow (1967) destaca o papel central da tecnologia no processo de transformação, afirmando que o tipo de tecnologia utilizada pela organização determina a estrutura mais eficiente para o desempenho bem-sucedido. Este estudo corrobora as descobertas de First e Beuren (2021), que também observaram um efeito negativo das variáveis relacionadas ao fator tecnologia no desempenho dos municípios. Os autores argumentam que isso pode sugerir que os processos internos da administração pública ainda precisam de mais comprovação empírica, pois no setor público ainda predomina o cumprimento de limites legais como objetivo principal da gestão, e não um nível de serviço de qualidade como resposta ao interesse público.

No que se refere aos fatores contingenciais estruturais, destacam-se o índice de Despesa com Pessoal (DP) e o índice de Despesa com Investimento (DI), que representam a alocação dos recursos públicos nas diferentes atividades da administração municipal. Os resultados da análise de regressão múltipla indicaram que o coeficiente da variável DP foi significativo ($p=0.013$) e apresentou uma relação negativa com a condição financeira, ou seja, quanto maior a despesa com pessoal, menor a capacidade financeira do município. Já o coeficiente da variável DI não foi significativo ($p=0.619$) e mostrou uma relação positiva com a condição financeira, sugerindo que os investimentos públicos não afetam significativamente a situação financeira dos municípios. Assim, não se pode rejeitar parcialmente a hipótese H3 deste estudo, que previa que os fatores contingenciais estruturais influenciam na condição financeira de governos locais. A literatura sobre teoria da contingência afirma que a estrutura organizacional das entidades é determinada por fatores internos e externos que afetam o seu desempenho (Donaldson, 2001). Nesse



sentido, a estrutura organizacional pode ter impactos na satisfação dos funcionários, na comunicação interna, na eficiência operacional e na capacidade de adaptação a mudanças ambientais (Chenhall, 2003). No contexto das administrações públicas locais, alguns estudos empíricos encontraram evidências de que a estrutura organizacional, especialmente as despesas com pessoal, está relacionada positivamente com o desempenho municipal (Sell, Beuren & Lavarda, 2020). No entanto, outros estudos não encontraram uma relação significativa entre a estrutura organizacional e o desempenho socioeconômico dos governos locais (Fiirst & Beuren, 2021).

Para analisar a influência dos fatores contingenciais de porte na condição financeira de governos locais, foi utilizada a variável POP, que representa o logaritmo natural da população. O coeficiente estimado para essa variável foi de 0.000, o que significa que ela é altamente significativa para explicar a variação da condição financeira de governos locais. Além disso, o nível de significância estatística foi inferior a 0.05, o que indica que a relação entre POP e condição financeira é positiva e forte. Em outras palavras, quanto maior o logaritmo natural da população, maior é a condição financeira de governos locais, e vice-versa. Dessa forma, não se pode rejeitar a hipótese H4, que postula que os fatores contingenciais de porte têm impacto na condição financeira de governos locais. Esse resultado está em consonância com o estudo de Sell, Beuren & Lavarda (2020), que também verificaram uma relação positiva entre fator porte e desempenho municipal. De acordo com Fiirst e Beuren (2021), municípios com maior alavancagem financeira, especialmente no que diz respeito às receitas próprias e transferências constitucionais, associada a um maior índice populacional, possuem melhores condições de investir nas áreas da saúde, educação e renda, que são as dimensões do indicador de desempenho socioeconômico utilizado nesta pesquisa.

Em relação às outras variáveis independentes que foram consideradas na análise, nenhuma delas mostrou ter um efeito significativo sobre a variável dependente. Assim, não se pode confirmar as Hipóteses de pesquisa H1 e H5, que propunham que os fatores contingenciais internos relacionados ao ambiente organizacional e os externos relacionados à estratégia adotada pelos municípios teriam uma influência na condição financeira dos mesmos. Portanto, essas hipóteses são rejeitadas com base nos resultados obtidos.

5 Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo analisar a relação entre fatores contingenciais e a condição financeira de governos locais. Os resultados mostraram que existe uma relação significativa entre a condição financeira dos governos locais e as variáveis contingenciais escolhidas, que foram: estrutura, porte, nível tecnológico, ambiente organizacional e estratégia. Os municípios que possuem uma maior complexidade estrutural, ou seja, que realizam mais atividades e serviços públicos, e os que têm um maior porte, medido pelo número de habitantes, tendem a ter uma melhor situação financeira, medida pelo índice de liquidez corrente.

Por outro lado, os municípios que têm um maior nível tecnológico, ou seja, que utilizam mais recursos de informática e comunicação na gestão pública, tendem a ter uma pior condição financeira. Esses resultados permitem não rejeitar as hipóteses H2, H3 e H4, que previam essas relações. Quanto às outras variáveis independentes consideradas na análise, o ambiente organizacional, que podem ser interpretados como implicação de que os sistemas de gestão são diretamente influenciados pelo o contexto externo, e a



estratégia, que se refere ao tipo de orientação dos gestores públicos, não apresentaram um efeito significativo sobre a variável dependente. Assim, não se pode confirmar as hipóteses H1 e H5, que propunham que esses fatores contingenciais internos e externos teriam uma influência na situação financeira dos municípios. Portanto, essas hipóteses são rejeitadas com base nos resultados obtidos.

O estudo buscou contribuir para o entendimento da gestão financeira dos governos locais a partir de uma análise da relação entre a sua condição financeira e os fatores contingenciais que afetam o seu desempenho. Para isso, se propôs um modelo *pseudo* aberto que considera não apenas os aspectos financeiros, como a capacidade de arrecadação própria, o controle dos gastos e a qualidade dos serviços públicos, mas também os aspectos socioambientais, como o ambiente, o nível tecnológico, a estrutura organizacional e o porte dos municípios. A partir dos resultados obtidos, espera-se oferecer subsídios para a tomada de decisão dos gestores públicos, bem como para o desenvolvimento de políticas públicas que visem à melhoria da condição financeira municipal.

Dessa forma, é fundamental que os gestores municipais adotem mecanismos adequados para garantir a transparência, a *accountability* e a eficiência na administração pública, bem como políticas públicas que atendam às demandas sociais nas áreas de educação, saúde, segurança, cultura e lazer, entre outras. Além disso, é preciso buscar formas de aumentar as receitas próprias dos municípios e de evitar a perda de população para outros centros urbanos, o que pode comprometer o desenvolvimento local. Essas ações podem contribuir para melhorar os resultados dos municípios em termos de desempenho socioeconômico, medido por indicadores como renda per capita, índice de desenvolvimento humano, qualidade de vida e participação cidadã.

Neste estudo, foram identificadas algumas limitações que abrem espaço para o desenvolvimento de pesquisas futuras sobre o tema da condição financeira e dos fatores contingenciais que afetam o desempenho dos municípios. Uma das limitações foi a escolha teórica das variáveis utilizadas para representar a condição financeira governamental e os fatores contingenciais. Essas variáveis explicam apenas 2,7% da variância da variável independente (R^2), o que indica que existem outras variáveis que também influenciam o desempenho municipal e que não foram incluídas no modelo. Portanto, estudos futuros podem explorar outras variáveis que possam captar melhor os fatores contingenciais que afetam o desempenho dos municípios no setor público, ampliando assim o escopo das investigações sobre essa temática. Outra limitação foi a utilização de uma única medida de condição financeira como indicativo do desempenho dos municípios. Existem outras formas de mensurar a condição financeira dos governos locais, que podem ser mais adequadas ou complementares à medida utilizada neste estudo. Como sugestão para pesquisas futuras tem-se a exploração de outras métricas de condição financeira governamental para analisar o desempenho dos municípios. Por fim, uma terceira limitação foi a restrição da amostra e do período analisado, que limitam a generalização dos resultados para outros contextos geográficos e temporais. Dessa forma, futuras pesquisas podem aplicar o modelo proposto em outros municípios e em outros períodos de tempo, para verificar a robustez e a validade dos resultados encontrados neste estudo.



Referências

- Araújo, R. J. R., Souza, D. C. F., Diniz, J. A., Rêgo, C. J. F. N., & de Lira, A. R. (2023). Medidas objetivas e subjetivas de condição financeira governamental: os gestores públicos municipais conhecem sua condição financeira?. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 42(1), 154-172.
- Arnett, S. (2014). State fiscal condition: Ranking the 50 states (Working Paper No. 14-02). Arlington, VA: *Mercatus Center, George Mason University*.
- Avellaneda, C. N., & Gomes, R. C. (2017). Mayoral quality and municipal performance in Brazilian local governments. *Organizações & Sociedade*, 24, 555-579.
- Chenhall, R. H. (2003). Management control systems design within its organizational context: findings from contingency-based research and directions for the future. *Accounting, organizations and society*, 28(2-3), 127-168.
- Donaldson, L. (2001). *The contingency theory of organizations*. Thousand Oaks, Calif: Sage Publications.
- Felício, T., Samagaio, A., & Rodrigues, R. (2021). Adoption of management control systems and performance in public sector organizations. *Journal of Business Research*, 124, 593-602.
- Fiirst, C., & Beuren, I. M. (2022). Influência de fatores contingenciais no desempenho socioeconômico de governos locais. *Revista de Administração Pública*, 55, 1355-1368.
- George, B., Van de Walle, S., & Hammerschmid, G. (2019). Institutions or contingencies? A cross-country analysis of management tool use by public sector executives. *Public Administration Review*, 79(3), 330-342.
- Goeminne, S., & George, B. (2019). New development: Determinants of financial performance in public organizations. *Public Money & Management*, 39(1), 70-73.
- Gonzaga, R.P., Frezatti, F., Ckagnazaroff, I.B., & Suzart, J.A.S. (2016). Avaliação de desempenho no governo mineiro: alterações dos indicadores e metas. *Revista de Administração Contemporânea*, 21(spec.), 1-21.
- Kloha, P., Weissert, C. S., & Kleine, R. (2005). Someone to watch over me: State monitoring of local fiscal conditions. *The American Review of Public Administration*, 35(3), 236-255.
- Krishnakumar, J., Martin, M. J., & Soguel, N. (2010). Explaining fiscal balances with a simultaneous equation model of revenue and expenditure: A case study of Swiss cantons using panel data. *Public Budgeting & Finance*, 30(2), 69-94.
- Musgrave, R. A. (1974). *Teoria das finanças públicas*. São Paulo: Atlas.
- Nollenberger, K., Groves, S. M., & Valente, M. G. (2003). *Evaluating financial condition: A handbook for local government*. International City County Management Assn.
- Otley, D. T. (1980). The contingency theory of management accounting: achievement and prognosis. *Accounting, organizations and society*, 5(4), 413-428.
- Perrow, C. (1967). A framework for the comparative analysis of organizations. *American sociological review*, 194-208.
- Power, J., & Waddell, D. (2004). The link between self-managed work teams and learning organisations using performance indicators. *The Learning Organization*, 11(3), 244-259.



- Rosenberg Hansen, J., & Ferlie, E. (2016). Applying strategic management theories in public sector organizations: Developing a typology. *Public Management Review*, 18(1), 1-19.
- Sell, FF, Beuren, IM, & Lavarda, CEF (2020). Influência de fatores contingenciais no desempenho municipal: comprovativos inferenciais. *Revista de Contabilidade e Organização*, 14, 164058.
- Sharpe, L. J. 1970. Theories and values of local government. *Political Studies* 18:153–74
- Szymaniec-Mlicka, K. (2014). Resource-based view in strategic management of public organizations-a review of the literature. *Management*, 18(2), 19.
- Victor, R. S. (2020). Connectivity knowledge and the degree of structural formalization: a contribution to a contingency theory of organizational capability. *Journal of Organization Design*, 9(1), 7.
- Vinzant, Janet C., and Lane Crothers. 1998. *Street-Level leadership: Discretion and legitimacy in front-line public service*. Washington, DC: Georgetown Univ. Press.
- Wadongo, B., & Abdel-Kader, M. (2014). Contingency theory, performance management and organisational effectiveness in the third sector: A theoretical framework. *International Journal of Productivity and Performance Management*, 63(6), 680-703.
- Walker, R. M., & Andrews, R. (2015). Local government management and performance: A review of evidence. *Journal of public administration research and theory*, 25(1), 101-133.
- Walker, R. M., & Andrews, R. (2015). Local government management and performance: A review of evidence. *Journal of public administration research and theory*, 25(1), 101-133.
- Wang, X., Dennis, L., & Tu, Y. S. (2007). Measuring financial condition: A study of US states. *Public Budgeting & Finance*, 27(2), 1-21.
- Woods, M. (2009). A contingency theory perspective on the risk management control system within Birmingham City Council. *Management Accounting Research*, 20(1), 69-81.